

SLU diz que lixo não prejudica nascentes

04 FEB 1998

Pneu velho é lixo? No conceito do diretor do Sistema de Limpeza Urbana (SLU) do Distrito Federal, Luciano Salles, não. Mas o superintendente-substituto do Ibama de Brasília, Adelce Queiroz, contesta a opinião de Salles: "Pneus, aço, ferro, alumínio, madeira são lixo sim", diz.

Na quinta-feira passada, o Ibama denunciou a criação irregular de um aterro sanitário em área próxima ao Parque Nacional de Brasília. Vistoria feita pelo órgão comprovou a criação de um novo Lixão na área adjacente ao Parque, onde entulhos e lixo doméstico são jogados diariamente. No local, de acordo com Luciano Salles, funciona uma jazida de cascalho explorada pela Novacap desde 1994. A extensão territorial da área é de 110 hectares. No entanto, o SLU e a Novacap não sabem definir o tamanho exato que está sendo utilizado.

"A Novacap tem licença para a retirada do cascalho. Como depois fica um buraco, o material recomendado para a recomposição da área é o entulho. Empresas de construção civil têm autorização para depositarem ali restos de demolição", explicou Salles.

Mas não foi só entulho que a reportagem do Correio encontrou no aterro. Pilhas de lixo (latas, sacos e garrafas plásticos, vidros, pneus, etc) se misturavam às montanhas de entulho. Um prato cheio para alguns moradores de assentamentos vizinhos que disputam o lixo reciclável com tratores e caminhões. A grande quantidade de produtos encontrada compromete toda a área do Parque Nacional, bem como as nascentes que abastecem os córregos que cortam o parque.

NASCENTES

"Eventualmente algumas pessoas jogam lixo na cascalheira. Mas temos funcionários vigiando o local durante 24 horas. Além disso, providenciamos imediatamente a remoção", garante Salles. Ele afirma que, de agosto de 1997 até a última segunda-feira, a fiscalização do SLU aplicou dez multas, com valores variáveis entre R\$

50,00 e R\$ 1.000, em empresas e moradores da região que jogaram lixo na área. "Mas o volume depositado na cascalheira é muito pequeno e do jeito que se encontra hoje não chega a prejudicar o meio ambiente", reforça o diretor do SLU.

Queiroz tem uma outra avaliação ambiental da cascalheira. "Não consideramos que a forma mais adequada para a recuperação do local seja a reposição de entulho. Entendemos por entulho apenas peças de cimento e tijolos. E não foi só isso que vimos por lá. Encontramos muito lixo orgânico e doméstico", afirmou Queiroz. "Prova maior é a presença de pessoas na área em busca de material reciclável", observou.

As nascentes, que segundo o Ibama deságuam no córrego Vicente Pires, são outra preocupação. "Elas já foram atingidas pela grande quantidade de retirada de terra e o depósito de lixo orgânico e doméstico", assegura Queiroz. "As nascentes que passam nos limites da cascalheira não fazem parte da Bacia do Parque Nacional e por isso não têm como contaminar os afluentes. Além disso, as nascentes ali existentes não correm nenhum risco e estamos procurando, por todos os meios, preservá-las", garantiu o chefe da Divisão de Aterros do SLU, Neiber Rodrigues.

Pela irregularidade o Ibama já estava decidido a aplicar multas pesadíssimas no SLU. Mas uma reunião agendada para a próxima sexta-feira entre a superintendência do Ibama, direção do SLU, representantes da Secretaria de Agricultura, Fundação Zoobotânica do Distrito Federal e o procurador geral da República, Alexandre Camanho de Assis, suspendeu a decisão. As autoridades vão discutir o projeto Proflora III, assentamento de colonos sem-terra da Fundação Zoobotânica nas proximidades do Parque Nacional de Brasília. "Discutiremos toda a questão ambiental da área, que inclui também a cascalheira. Só depois disso teremos uma definição melhor", esclareceu Queiroz.